EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A PRÁTICA DA DIVERSIDADE

ROSÂNGELA FREIRES SILVA

RESUMO
O presente trabalho visa a importância da inclusão das crianças especiais nas escolas regulares de ensino. A inclusão no Brasil é recente, em 1994 com a Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, o Brasil opta por um ensino de inclusão. Algumas mudanças ocorrem, porém longe da efetiva prática de inclusão. Atualmente tem-se refletido sobre uma escola mais democrática, mais inclusiva, embora toda criança tenha direito ao acesso à escola, não quer dizer que ela e acolhida e incluída nos espaços educacionais. Apresentamos a ludicidade como uma pratica fundamental para o aprendizado de qualquer criança, a brincadeira é um recurso onde a criança, além de desenvolver suas capacidades criativas, tem a oportunidade de socialização e interação com o outro, tornando a escola um espaço ideal para diversidade. Nessa pesquisa bibliográfica, apresentamos propostas e medidas visando à progressão educacional do aluno de inclusão, citaremos teorias de renomados autores como Vygostky (1984), Piaget (1990), Mantoam (2003) entre outros.
PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; diversidade; Ludicidade.

1 INTRODUÇÃO

A educação brasileira abriu as portas para inclusão, as mudanças nas politicas públicas amparam a inserção de alunos com necessidades especiais em escolas regulares. Revela-se que o aluno especial carrega consigo potencialidades e habilidades como qualquer outro.

Nesse sentido, a convivência escolar em situações de inclusão cria um campo vasto de aprendizagens, onde as crianças crescem, desenvolvendo habilidades tais como respeito ao outro, aceitação para toda vida.

No Brasil, o projeto de integração escolar surgiu na década de 90, com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9.349 de 1996, sinaliza como espaço preferencial do atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais as escolas do ensino regular, institui-se as diretrizes para a educação especial na Educação Básica. A experiência brasileira não se assentou sobre uma iniciativa de pais, familiares e escolas, mas sim foi articulado por estudiosos da área e técnicos de secretarias.

Assim, quando as diretrizes político-pedagógicas da educação inclusiva foram definidas, muito pouco de história concretas nas escolas, entre as famílias e educadores, havia sido feita. O resultado é que a realidade educacional brasileira encontra-se numa situação de vulnerabilidade e descompasso diante desse projeto.

Atualmente a escola inclusiva tem um caminho longo, onde exige recursos humanos, pedagógicos e de estrutura e espaço físico na grande maioria das escolas. A escola ideal que pretende-se requer amplo planejamento desde conscientização na comunidade, como também escola e família para que juntos possam superar as dificuldades da exclusão.

A presente pesquisa visa compreender esses aspectos teóricos da educação inclusiva a partir de dados bibliográficos sobre o assunto. Na questão prática, o processo da educação inclusiva no Brasil é lento, onde o professor apresenta dificuldades em aliar a teoria à pratica, sua formação deve ser especializada em questões como adaptação de currículo, acolhimento e interação entre os colegas, o professor apresenta práticas criativas e estimulantes para os educandos, embora coma dificuldade da criança em ser aceita, acolhida e incluída, deve ser repensada.

Visa, também, contribuir com estudos sobre o desenvolvimento da criança especial na escola, acredita-se que a inclusão acontece se existe primeiramente amor para com o próximo, vontade de criar vínculos por parte do educador e uma equipe multidisciplinar

engajada na efetivação da inclusão.
Compreende-se que a pesquisa acrescenta informações sobre a educação da criança com deficiência intelectual e seus desdobramentos para a inclusão social efetiva. Apresentamos teorias de autores que, reflexões de relevância, já que o presente tema é muito discutido. Embora a inclusão no Brasil seja uma prática recente, a demanda cresceu e hoje as famílias já não escondem seus filhos em casa com vergonha de serem considerados diferentes como acontecia no passado.

O objetivo dessa pesquisa é compreender o processo de inclusão escolar do aluno com necessidades especiais, apontar dificuldades dos mesmos, compreender dados teóricos e a realidade do professor em relação a esse processo. Assim como compreender o processo de inclusão do aluno com necessidades especiais na escola.

2.1 A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR SOBRE A HISTÓRIA

Antigamente o quadro da educação especial encontrava-se em completa exclusão, as crianças especiais eram atendidas em escolas especiais, não havia praticamente qualquer relação comum entre professores das escolas regulares com as escolas especiais.

No Brasil, o projeto de integração escolar surgiu na década de 90, com a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n° 9.349 de 1996, sinaliza como espaço preferencial do atendimento educacional dos alunos com necessidades especiais as escolas do ensino regular, institui-se as diretrizes para a educação especial na Educação Básica. A experiência brasileira não se assentou sobre uma iniciativa de pais, familiares e escolas, mas sim foi articulado por estudiosos da área e técnicos de secretarias.

Assim, quando as diretrizes político-pedagógicas da educação inclusiva foram definidas, muito pouco de história concretas nas escolas, entre as famílias e educadores, havia sido feita. O resultado é que a realidade educacional brasileira encontra-se numa situação de vulnerabilidade e descompasso diante desse projeto.

Ao longo da história das escolas especiais, é interessante a avaliação da contribuição dessas, elas passaram a existir porque o sistema escolar era incompleto. As escolas regulares não atendiam alunos com deficiência, contudo a solução não oferecia um atendimento adequado, eram tidas como "casas de abrigo", como explica BEYER (2013, p. 15):

Dito metaforicamente, as escolas especiais foram ou são "casas de abrigo" para alunos sem casa. Contudo, é necessário lembrar que as casas de abrigo não são espaços de moradia permanente, pelo contrário são espaços de medida paliativa e temporária As escolas especiais foram importantes historicamente, mas uma solução transitória não tem ou não deve ter caráter permanente.

Ao longo da sua existência, as escolas especiais estabeleceram a cultura de que não as crianças especiais não poderiam educar seus filhos em outro lugar a não ser nas escolas especiais. Defendiam a ideia de que a educação especial era a mais apropriada para eles.

Com o sistema educacional passando por transformações norteadas pela ideia da educação inclusiva, tais como a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96; os Parâmetros Curriculares Nacionais – Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais, em 1998; e as Diretrizes para a Educação Especial na Educação Básica, em 2001, a escola passa a ser inclusiva, porém a presença de alunos com necessidades especiais nas classes normais não basta, é preciso garantir o seu desenvolvimento cognitivo, proporcionar aprendizado significativo.

A escola tem enfrentado ao longo dos anos muitas mudanças, no que se refere às propostas para educação das crianças com situações diversificadas de aprendizagem, confrontar-se com a diversidade é um ato

de educar, na escola, sempre pautou-se pelo estabelecimento de uniformidades. É muito difícil encontrar uma escola para todos, esperança sempre há, porém remota.

Algumas mudanças ocorreram pelos tempos, como encontros como em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e em Salamanca, na Espanha em 1994. Entretanto como, de que forma, com que meios porem movimento as ações escolares inclusivas?

Uma primeira condição para a educação inclusiva é uma nova forma de pensar, entender que as crianças são únicas na sua forma de pensar e agir. Não deve-seexigir de diferentes crianças o mesmo desempenho e que ajam de maneira uniforme, o ensino deve ser organizado de forma a contemplar suas capacidades distintas. Deve-se esperar que a criança corresponda às suas próprias capacidades individuais.

Com relação às políticas públicas no Brasil, BEYER (2013, p. 56):

> Parece haver, em nosso país, um anacronismo entre as proposições vigentes nas políticas educacionais da educação especial, instauradas com maior força a partir da LDBEN/1996, e a realidade do sistema educacional brasileiro. Há um descompasso muito forte entre o que se propõe e se quer, em termos de lei, e a viabilidade operacional do sistema escolar- público e particular- nos diferentes estados brasileiros. O hiato é significativo entre o ideal integracionista/inclusivista, e os recursos humanos e materiais disponíveis.

2.2 AS PRÁTICAS CRIATIVAS E LÚDICAS NA PEDAGOGIA INCLUSIVA

Nas práticas educativas atuais se faz presente a ludicidade, as crianças quando jogam e brincam são indivíduos plenos e dispostos a aprender, os recursos são muitos, porém devem ter como objetivo a socialização da criança, bem como interagir com o outro e respeitar as diferenças que se apresentam.

A escola traz novos e sérios desafios, um grande desafio é motivar os alunos, é por meio da criatividade do professor que o processo de aprendizagem terá o sucesso, a motivação vem do entusiasmo do educador em pesquisar e trazer para sala de aula novas práticas criativas para enfrentar os desafios. Oferecer novos modos de ensinar garante uma estratégia de ensino diferenciado e atenderá à diversidade presente no âmbito escolar.

O educador ao optar por uma prática criativa surpreende seus alunos experimentando novas estratégias e possibilidades novas, deve-se superar o ensino tradicional, para Mantoan (2003):

> As escolas que reconhecem e valorizam as diferenças têm projetos inclusivos de educação e o ensino que ministram difere radicalmente do proposto para atender às especificidades dos educandos que não conseguem acompanhar seus colegas de turma, por problemas que vão desde as deficiências até outras dificuldades de natureza relacional, motivacional ou cultural dos alunos. (MANTOAN, 2003, p.61)

Propõe-se refletir sobre essa temática onde entende-se que as práticas educativas devam valorizar as diferenças e respeitar os diferentes estilos de aprendizagem, objetivando uma escola mais inclusiva.

A definição de criatividade já foi considerada como divino, um dom para poucos, mas ao longo do tempo seu significado foi se modificando, apresentando novos conceitos, associa-se com o realizar, pensar e produzir, realizar criativamente.

Segundo Virgolim, Fleit e Pereira (1999) a criatividade é algo que desperta a curiosidade do homem, esse processo acompanha o homem desde o início dos tempos, um talento já há muito utilizado, sempre que nos deparamos com problemas e questões difíceis de solucionar:

> Descobrimos o fogo, construímos a cultura. Tudo isso nos permitiu sair da idade da pedra e galgar outros degraus na escala da evolução humana. De lá para cá, não paramos de criar. Somos capazes de “fazer” história porque criamos, inventamos, inovamos. (VIRGOLIM, FLETH e PEREIRA,1999, p. 17).

Os estudos sobre o criativo de Vygostky (1984) contribuíram nessa área do conhecimento, ele elaborou uma analogia entre a criatividade e a eletricidade, para o autor a eletricidade está presente em grandes tempestades como também em uma pequena lâmpada, assim como a criatividade, ela se apresenta de forma gigantesca e outros de forma suave, a energia é a mesma, a capacidade também, apenas são distribuídas de forma diferenciada.

Cabe também salientar que a criatividade apresenta-se em função do conhecimento, da imaginação e avaliação. Sendo que, quanto maior o conhecimento maior o número de combinações ou ideias que podem alcançar, portanto essa bagagem de conhecimento é fundamental.

Assim como a dedicação ao trabalho está presente em indivíduos com capacidade criadora intensa, a dedicação, disciplina, esforço e trabalho dedicado também contribuem para a criatividade em qualquer área.

Cabe ao professor ser criativo nas suas práticas usando o lúdico como uma possibilidade a ser repensada.

2.3 A LUDICIDADE

As atividades lúdicas estão presentes em várias formas, sejam individuais ou em grupo, são espontâneas assim como a criatividade, a criança se humaniza e aprende a se comportar socialmente ao brincar e jogar.

O lúdico propicia o desenvolvimento e a imaginação da criança, realiza no plano simbólico as ações do mundo adulto, é uma atividade fundamental para o desenvolvimento da identidade e autonomia, auxiliando no desenvolvimento da atenção, imitação, memória, imaginação, socialização e interação.

As possibilidades de interação que a atividade lúdica proporciona são inúmeras, desperta o aluno para a atenção tão necessária para a construção de esquemas racionais, com o auxílio do professor nas tarefas o aluno buscará soluções para suas questões.

Cabe ao professor interferir pouco enquanto a criança esta em momento de exploração dando-lhe autonomia, aos poucos apresentando outras possibilidades para o brinquedo e ou jogo. O professor deve guiar para que o aluno entenda e aprenda a dinâmica do jogo.

De acordo com Piaget (1990) se referindo aos jogos de regras, apresenta um equilíbrio sutil entre a assimilação ao eu, o princípio de todo jogo e a vida social, a criança além de entender seu próprio eu, ela passa a se socializar, criando uma cumplicidade relativa aos seus companheiros e em relação ao respeito mútuo às regras do jogo.

A utilização de brincadeiras e jogos na escola deve ser visto como complemento para o saber, para que a aprendizagem se torne mais atrativa, ainda que essas práticas sejam inovadoras não deixam de ser ricase valem a pena serem vividas.

2.4 INCLUSÃO ESCOLAR: COMO SE APRESENTA

Atualmente tem-se refletido sobre a escola que não seja excludente, uma escola democrática, mais inclusiva, nota-se o discurso de que uma escola com qualidade pedagógica daria conta da demanda, porém esse discurso não condiz com os fatos, embora toda criança tenha o direito ao acesso à escola, não quer dizer que ela é acolhida e incluída com suas particularidades e necessidades especiais. Cita Beyer:

Não há como considerar que a criança com deficiência mental, com autismo, com paralisia cerebral ou com uma deficiência sensorial (visual ou auditiva) possa ter o devido atendimento pedagógico sem uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem."

Para o autor uma escola aberta e integradora só poderá ser bem-sucedida se houver a participação que envolva o aluno, educador, equipes diretivas e pedagógicas, funcionários e gestores do projeto político-pedagógico.

Entretanto o projeto de educação inclusiva foi gerado pelos gestores do governo federal sem um tempo de preparo e conscientização por parte dos sujeitos envolvidos, sem a devida formação e conscientização o que vemos é a desinformação com consequ-

ências como fracasso do projeto da inclusão escolar.

Para Mantoan (2003) a escola se entupiu de formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares e burocracias. Ela propõe uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, sendo uma saída para que a escola possa fluir, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Segundo Santos (1995) cita que a comunidade acadêmica não pode continuar a pensar que só há um único modelo de cientificidade e uma única epistemologia, que a ideia de que nosso universo de conhecimento é muito mais amplo do que aquele que cabe no paradigma da ciência moderna traz, ela tem de reconhecer outras formas de entendimento.

uma suficiente distinção de suas características cognitivas e de aprendizagem. Por mais excelente que seja a atuação de qualquer professor, as melhores intenções e esforços pedagógicos não responderão às demandas específicas que determinados alunos apresentam em sua aprendizagem, por apresentarem, exatamente, necessidades educacionais especiais que apenas uma pedagogia diferenciada poderá atender.(BEYER, 2013, p. 62)

Uma intervenção pedagógica se faz necessária, onde considere as diferentes formas de aprender, por meio dela o professor assume uma responsabilidade na superação das ações discriminatórias na escola em relação aos alunos de inclusão:

Nós, professores, temos de retomar o poder da escola, que deve ser exercido pelas mãos dos que fazem, efetivamente, acontecer a educação. Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que os alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais.(MANTOAN, 2003, p.52)

Através de uma flexibilização da prática pedagógica significará um grande avanço no repensar o quê e como a escola pensa.

2.4 PROPOSTAS CURRICULARES:

A educação inclusiva pressupõe uma flexibilização no currículo que possibilite adaptações conforme as necessidades dos alunos, onde seria um currículo diferenciado.

Conforme Aranha (2003) o a equipe escolar deve se responsabilizar e prover a mudançaque favoreçam o desenvolvimento acadêmico de todos os alunos. Devendo-se investir no próprio aluno, além dos ajustes contextuais que considerem suas características individuais de desenvolvimento e de aprendizagem, sendo o objetivo a ser alcançado pelo aluno será acessar o currículo do ano frequentado.

A flexibilização curricular seria uma sistematização de ajustes educacionais visando à progressão educacional do aluno de inclusão, essa ação deve ser amparada por toda equipe escolar: professor de sala, gestores, professores especializados e equipe pedagógica da diretoria ou secretaria de educação.

Aos professores e demais profissionais cabe repensar o significado da escola inclusiva, onde seja uma escola acolhedora, que trabalhe com a diversidade observável, com um currículo aberto para todos os alunos, que compreendam e reflitam sobre as concepções que envolvem o processo de aprendizagem e de desempenho acadêmico do aluno, superem os mitos e ajustem as práticas de ensino.

Tais práticas de ensino compreende a necessidade de realizar adaptações e que não sejam trabalhados conteúdos diferentes daqueles que estão sendo ofertados aos demais alunos, ao professor cabe essa contextualização. Para Mantoan:

Para ensinar a turma toda, parte-se do fato de que os alunos sempre sabem alguma coisa, de que todo educando pode aprender, mas no tempo e do jeito que lhe é próprio. Além do mais, é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajuda-los a vencer os obstáculos escolares. (MANTOAN, 2003, p.70)

2.5 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RECRIANDO UM MODELO EDUCATIVO

Conforme Mantoan (2003), não se pode encaixar um projeto novo, como é o caso da inclusão, em uma velha matriz de concepção escolar, daí a necessidade de se recriar o modelo educacional vigente:

Infelizmente, ainda vigora a visão conservadora de que escolas de qualidade são as que enchem as cabeças com datas fórmulas, conceitos justapostos, fragmentados. A qualidade desse ensino resulta do primado e da supervalorização do conteúdo acadêmico em todos os níveis. Persiste a ideia de que as escolas de qualidade são as que centram a aprendizagem no racional, no aspecto cognitivo do desenvolvimento, e que avaliam os alunos, quantificando respostas-padrão. [...] São aquelas escolas que estão sempre preparando o aluno para a próxima série a ser cursada, o nível de escolaridade posterior ou exames vestibulares. (MANTOAN, 2003, p.62)

Para a autora o sistema escolar tradicional está superado, deve-se, como educador, superar ao "que "se ensina aos alunos e ao "como" se ensina, para que cresçam indivíduos éticos, e que terão de mudar o mundo e torna-lo mais humano. O recriar tem a ver com o que entende-se como qualidade de ensino.

O modelo de ensino de qualidade a que se refere é o modelo capaz de formar pessoas para uma sociedade mais evoluída e humanitária, onde aproxima as pessoas que nos rodeiam: família, comunidade, escola e com um trabalho pedagógico que implica uma rede de saberes e de relações, que se entrelaçam por caminhos imprevisíveis para chegar ao desenvolvimento.

Quando o ensino é pautado na solidariedade e na colaboração a aprendizagem é centrada, cita a autora, as novas práticas pedagógicas os alunos tendem a se desenvolver num ambiente rico e verdadeiramente estimulador, esse novo modelo de escola são espaços onde o aluno é capaz de construir sua personalidade com autonomia, crítica, onde lhes é ensinado a valorizar as diferenças pela convivência com seus pares, escolas assim não excluem alunos de suas classes.

Portanto escolas realmente abertas às diferenças e capazes de ensinar a todos sem discriminação e sem prática de ensino especializada, e para que uma significativa transformação se faça é necessário um repensar pedagógico que advém de uma reestruturação do projeto pedagógico-escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da criança com necessidades especiais está garantida pela lei LDB 9394/96 que assegura seu atendimento, assim como na Declaração Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca, onde o Brasil se compromete em inclui-los na rede regular de ensino. Entretanto, essa inclusão, devido à falta de estruturação dos espaços escolares e falta de uma formação continuada na escola, não condiz com a realidade. Nota-se que a educação infantil é o primeiro passo para a integração e socialização de nossas crianças, portanto espaço privilegiado para ocorrer a pratica da inclusão. É por meio da brincadeira que todas as crianças praticam de fato a inclusão, nas práticas educativas o indivíduo é pleno e disposto a aprender. A escola traz novos e sérios desafios. No presente estudo compreende-se a importância da intervenção do educador, onde o grande desafio é motivar seu educando. Cabe ao professor buscar atividades criativas e adaptáveis para o grupo, quanto maior o conhecimento, maior será as chances de sucesso com o aluno incluso. Outro fator que auxilia no sucesso se referente ao currículo escolar, flexibilizá-lo e adequá-lo para a criança é essencial, já a autora Mantoam (2003) cita a importância de uma ruptura da base curricular e burocrática no ensino, para a fluidez da escola. Para a autora o sistema escolar tradicional esta ultrapassado. É preciso que os profissionais recriem suas práticas a fim de promover qualidade de ensino. Essa pesquisa é o passo inicial para uma investigação mais aprofundada em posterior curso de especialização. Consideramos que ao ampliarmos nossas pesquisas com outros estudos, poderemos acrescentar novos saberes que favoreçam não somente a inclusão, mas também quanto ao sistema educacional vigente e sua organização.

BIBLIOGRAFIA

BEYER, Hugo Otto. Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades especiais. Porto Alegre: Editora Mediação. 2013.

CUNHA, Eugenio. Práticas pedagógicas para inclusão e diversidade. Rio de Janeiro: Wak editora. 2012.
FREIRE, Paulo. Conscientização teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo, Moraes, 1980.
MANTOAN, Maria Teresa Eglér, (2003). Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Editora Moderna.
PIAGET. Henry. A Formação do símbolo na criança. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1990
SANTOS, Boaventura de Souza. Entrevista com Prof. Boaventura de Souza Santos. (On line).Disponível: http://www.dhi.uem.br/jurandir/jurandir-boaven.1.htm,1995.
VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1984.